



Digital literacy in high school as an exercise of citizenship and social inclusion

Letramento digital no ensino médio como exercício da cidadania e inclusão social

SIQUEIRA, Kleber Saldanha de⁽¹⁾

⁽¹⁾  [0000-0003-2067-243X](https://orcid.org/0000-0003-2067-243X); Doutorando em ensino pela Universidade Federal de Alagoas. Arapiraca, (AL), Brasil. Email: kleber.siqueira@cedu.ufal.br

O conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos/as seus/as autores/as.

ABSTRACT

Digital technologies have revolutionized society in its various aspects, reconfiguring the way individuals interact in environments where communication and the exchange of knowledge are important in the cultural context. Accompanying this reality, the phenomenon of digital literacy represents an important point of reflection, considering the digital society, marked by the inclusion of individuals in cyberspace as participatory subjects and builders of knowledge, capable of understanding and using digital tools appropriately. Therefore, this article aims to analyze, through a narrative bibliographical research, organized based on criteria for inclusion and exclusion of academic works, research descriptors and open access repositories, digital literacy, as a fundamental element for affirmation, exercise of citizenship and social inclusion of high school graduates, since the teaching and learning processes are currently closely related to the strategic use of digital resources and techniques. It will discuss how digital literacy impacts students during their school trajectories, until the moment they enter society as adult individuals, allowing the analysis of the determining elements of digital literacy that make them participatory and transforming subjects in contemporary society. At the end of this study, it was possible to verify the importance of digital literacy as an educational marker, at the same time its preponderant impact on the affirmation of rights and social inclusion of students.

RESUMO

As tecnologias digitais têm revolucionado a sociedade em seus vários aspectos, reconfigurando a forma como os indivíduos interagem nos ambientes onde a comunicação e a troca de saberes são importantes no contexto cultural. Acompanhando esta realidade, o fenômeno do letramento digital, representa importante ponto de reflexão, considerando a sociedade digital, marcada pela inclusão dos indivíduos no ciberespaço como sujeitos participativos e construtores do conhecimento, capazes de compreender e utilizar de forma adequada as ferramentas digitais. Sendo assim, este artigo tem como objetivo analisar, por meio de uma pesquisa bibliográfica narrativa, organizada a partir de critérios de inclusão e exclusão de trabalhos acadêmicos, descritores de pesquisa e repositórios de acesso livre, o letramento digital, como elemento fundamental para afirmação, exercício da cidadania e inclusão social dos egressos do Ensino Médio, uma vez que os processos de ensino e aprendizagem, na atualidade, estão intimamente relacionados com a utilização estratégica dos recursos e técnicas digitais. Será discutido como o letramento digital impacta os estudantes durante suas trajetórias escolares, até o momento que adentram à sociedade como indivíduos adultos, permitindo analisar os elementos determinantes do letramento digital que os tornam sujeitos participativos e transformadores na sociedade contemporânea. Ao final deste estudo foi possível constatar a importância do letramento digital como marcador educacional ao mesmo tempo seu impacto preponderante na afirmação de direitos e inclusão social dos estudantes.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Histórico do Artigo:

Submetido: 18/04/2023

Aprovado: 08/06/2023

Publicação: 03/07/2023



Keywords:

Society,
Digital culture,
Cyberspace, School.

Palavras-Chave:

Sociedade,
Cultura digital,
Ciberespaço, Escola.

Introdução

As novas tecnologias digitais estão definitivamente incorporadas ao modo de vida da sociedade. Em decorrência disso, os processos educacionais têm se adaptado a estas tecnologias proporcionando dinamismo e criticidade aos estudantes que são seus grandes receptores. Diante disso, Helfenstein e Velasques (2021, p. 189) destacam que “educar para a cidadania pressupõe uma prática pedagógica que proporcione o acesso aos conhecimentos historicamente construídos, lutas e conquistas relativas aos direitos e deveres”. Dentro deste novo cenário de ressignificação dos meios de comunicação, é importante para o educador, para a família e para a sociedade, ter discernimento dos impactos gerados por estes recursos na formação de sujeitos capazes e socialmente inseridos num mundo onde as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (doravante TDICs) dominam, permitindo aos educandos extrair suas potencialidades levando-os à ‘hominização’ proporcionando que estes sejam ‘sujeitos’ numa sociedade multifacetada e em franca evolução. Conceitualmente para Costa, Duqueviz e Pedroza (2015), as TDICs são tecnologias digitais que abarcam computadores, tablets, celulares, smartphones e qualquer outro dispositivo que permita a navegação na internet.

Nesse contexto, a escola é a grande beneficiada. O emprego das diferentes TDICs permite a inserção de novas práticas e métodos de ensino, rompendo com o tradicionalismo que encerra o estudante no universo dos livros. Dessa forma, o estudante, por meio do acesso à *Internet*, e principalmente por meio das informações encontradas no ciberespaço, consegue absorver um volume de informações nunca antes visto, permitindo que o professor amplie seu espectro de discussão na sala de aula, viabilizando o diálogo e a reflexão crítica sobre o mundo, relacionando-as de forma interdisciplinar.

É importante destacar que o emprego racional destas tecnologias demanda de seus usuários conhecimento básico que permita a interação com o mundo digital, permitindo assimilação, criação e difusão do conhecimento através do letramento digital. Para Frade (2007, p. 60) citado por Araújo e Glotz (2014, p. 5) “não há letramento digital se o indivíduo não tem autonomia, criticidade e poder de reformulação e redirecionamento em relação ao uso que faz das TICs em sua vida”. Considerando esta realidade, o fenômeno do letramento digital, representa relevante elemento de pesquisa, importante para professores e estudantes que se utilizam das TDIC’s como meio de transposição didática para o ensino e aprendizagem.

Não só no campo do ensino, o letramento digital vem despertando interesse das ciências sociais na busca pelos seus impactos no exercício da cidadania e afirmação de direitos básicos dos estudantes do Ensino Médio. O interesse é também vigente na sociedade digital, onde a apropriação do conhecimento passa pela capacidade destes sujeitos de interagirem de forma adequada com os recursos tecnológicos cotidianos, o que para Vasconcelos e Ribeiro (2021, p. 5) é: “promover o letramento digital como forma de inclusão social é dominar a tecnologia para fins de fomentar a cidadania”. Assim, este artigo tem como objetivo refletir por

meio de uma revisão bibliográfica narrativa, como o letramento digital, no contexto do Ensino Médio, tem contribuído para a formação de cidadãos participativos na sociedade.

Para tal, foram reunidos trabalhos científicos publicados e/ou revisados nas últimas duas décadas, incluindo estudos recentes que abordam o uso das TDICs durante o período pandêmico e destacando a importância do fenômeno do letramento na consolidação da aprendizagem dos estudantes em isolamento e distanciamento social. Serão analisados os principais fatores que tornam o letramento digital indispensável para a formação de cidadãos cientificamente instruídos e, ao mesmo tempo, capazes de analisar e intervir em sua realidade coletiva e individual objetivando o exercício da cidadania.

Assim, este estudo procura fortalecer a compreensão em torno do letramento digital como conceito indissociável na sociedade moderna. Ao final, à luz das referências, é possível dimensionar a importância do letramento digital no Ensino Médio para a construção de práticas pedagógicas que priorizem a utilização das TDICs de forma estratégica tomando como esteio o letramento digital.

Este artigo está dividido em mais cinco seções, sendo destacado na primeira seção o percurso metodológico. Nesta parte discutimos a importância do estudo bibliográfico como instrumento reflexivo-analítico, permitindo prever ou determinar a evolução de fenômenos já estudados sob condições variáveis, tornando possível a explicação de eventos inéditos relacionados com a bibliografia de referência adotada. Na segunda seção, o desenvolvimento teórico é iniciado com o objetivo de discutir a importância do letramento digital no exercício da cidadania e inclusão dos estudantes do Ensino Médio. Iniciamos esta seção abordando a importância da escola como ponto de partida para a afirmação de valores, condutas e aprendizado formal pertinentes ao cidadão escolarizado e socialmente ativo. Na terceira seção, destacamos o papel relevante das TDICs no ensino básico e como suas potencialidades têm transformado a pedagogia e a didática contemporânea, levando à ressignificação do trabalho docente, ao mesmo tempo à reconfiguração dos valores escolares voltados para a formação de sujeitos transformadores na sociedade digital.

A quarta seção demonstra as diversas relações presentes entre o fenômeno do letramento digital, a escola como *lócus* de aprendizado e a sociedade, como organismo receptor de sujeitos 'digitalmente capazes', permitindo adensar as discussões precedentes e indicar de forma estruturada a importância deste fenômeno na escolarização contemporânea. Na quinta seção, são apresentadas as conclusões, a partir das análises feitas ao longo deste trabalho, permitindo ao leitor ampliar sua percepção acerca do papel das TDICs no cenário pedagógico moderno, como também suscitar novas discussões e reflexões, ampliando a possibilidade de novos estudos e pesquisas sobre o letramento digital.

Percurso metodológico

O processo metodológico valida o pensamento científico, tornando possível a explicação de fenômenos importantes para o homem e para a sociedade. A busca pela explicação destes fenômenos (cada um deles envolvendo características, ocorrências e propriedades específicas) requer uma abordagem metodológica adequada e bem definida, capaz de conduzir a resultados fidedignos, levando à construção do conhecimento.

Considerando a importância da metodologia científica, Batista e Kumada (2021, p. 2) destacam que “o ato da pesquisa científica e acadêmica pressupõe rigor, geralmente, associado a um método já difundido na área para o tratamento do objeto de estudo”. Neste artigo, a revisão bibliográfica qualitativa narrativa constitui o processo metodológico, que baseia-se na reunião, análise e apresentação de resultados de trabalhos acadêmicos publicados ao longo da última década, direcionados ao estudo do letramento digital e suas implicações no ensino, permitindo refletir sobre a influência deste letramento no exercício da cidadania e inclusão social.

A revisão bibliográfica é citada por Conforto, Amaral e Silva (2011) como um processo adequado capaz de fundamentar pesquisas que exigem determinado ineditismo, originalidade e contribuição. No campo da pesquisa educacional, tais fatores são sobretudo importantes, principalmente a contribuição fornecida pela pesquisa, que muitas vezes pode conduzir mudanças paradigmáticas, técnicas, processos ou condutas pedagógicas.

Neste trabalho, objetivamos, por meio do referencial bibliográfico, analisar como os estudantes do Ensino Médio apropriam-se do letramento digital em seu cotidiano escolar e como esta apropriação leva à inclusão social e à afirmação da cidadania. Para as finalidades deste estudo, escolhemos a revisão bibliográfica narrativa, que segundo Rother (2007, p. 1) “são publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o “estado da arte” de um determinado assunto sob o ponto de vista teórico ou contextual.

Seguindo os pressupostos da revisão bibliográfica narrativa, os artigos aqui apresentados como fontes de pesquisa foram extraídos de repositórios acadêmicos de livre acesso, pertencentes a universidades públicas, institutos federais, eventos acadêmicos e periódicos multidisciplinares, todos disponíveis na rede mundial de computadores e apresentados nas referências. Para esta pesquisa foram utilizados os descritores (1) *letramento digital*, (2) *educação e inclusão*, (3) *sociedade e cultura digital* e (4) *ensino e tecnologia*, (5) *letramento digital e sociedade*. Ao todo foram reunidos preliminarmente 324 trabalhos, dos quais 35 foram utilizados como referencial bibliográfico, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão adotados nesta pesquisa. Como critérios de inclusão, foram priorizados trabalhos (1) *com dados empíricos*, (2) *com direta relação com os descritores estabelecidos*, (3) *pesquisas reproduzíveis*, (4) *trabalhos com mais de 30 referências bibliográficas*, (5) *estudos publicados a partir de 2003*. Como critérios de exclusão, foram removidos trabalhos (1) *duplicados*, (2) *literatura cinza*, (3) *trabalhos com menos de 10 páginas*, (4) *trabalhos com*

metodologia insuficiente e (5) pesquisas com referencial bibliográfico remontando mais de 20 anos.

Fortalecendo estes critérios, os repositórios de pesquisa consultados foram escolhidos devido à qualidade das produções científicas das universidades que detém expressivo quantitativo de publicações, reunidas em dissertações, teses, artigos e monografias, muitas destas especificamente direcionadas para o campo do ensino e do letramento. Diante da importância dos repositórios institucionais para a ciência nacional, Leite e Costa (2006) destacam o papel decisivo das universidades na produção de conhecimento científico, sendo esta uma das razões principais de seu papel junto à sociedade, sendo o armazenamento e disponibilização deste conhecimento, fundamental para o ensino e para a pesquisa.

Da mesma forma, as pesquisas acadêmicas produzidas pelos institutos federais, a partir de seus grupos de pesquisa e Núcleos de Inovação e Tecnologia (NITs) corroboram com o parágrafo anterior, sendo delegado a estes também papel importante na cultura científica nacional. Especificamente, para Moreira (2017), o trabalho desenvolvido pelos NITs promove a disseminação da cultura de propriedade intelectual levando os membros da comunidade acadêmica a fortalecer seu interesse pela proteção das pesquisas voltadas para a inovação tecnológica desenvolvidas pelos institutos, ao mesmo tempo fortalecendo a produção de conhecimento aplicado.

Também foram consultados trabalhos presentes nas principais bases de dados e indexadores de domínio público. Foram utilizados os portais *Scielo*, *Web of Science*, Periódicos CAPES, *Google Scholar*, SIBi e EDUCA, ampliando a variedade de trabalhos analisados. Para Barleta, Silva e Dias (2018, p.1) “bancos de dados especializados são a base inicial de verificação do que se publicou e do que está em pauta no momento presente no ambiente acadêmico e de pesquisas avançadas”. Assim, buscamos adensar nossas discussões e reflexões seguintes através de ampla referência.

Escola como *locus* de afirmação cidadã e inclusão

A sociedade fundamenta-se em instituições humanísticas que promovem a difusão do pensamento racional, objetivando a coexistência de sujeitos ativos e transformadores do cenário social. Diante desta realidade, Saviani (2016 p. 59) afirma que “a educação é inerente à sociedade, originando-se do mesmo processo que deu origem ao homem. Desde que o homem é homem ele vive em sociedade e se desenvolve pela mediação da educação”.

Neste contexto onde a formação escolar e humana dialogam entre si, a escola representa importante *locus* de transmissão de valores e conhecimento estruturado, tornando possível a apropriação de conhecimento aplicado. Tal conhecimento, busca capacitar o sujeito, nas diversas áreas do conhecimento humano, inserindo-o no universo profissional, social e cidadão. Dias e Pinto (2019, p. 1) destacam que a “educação é, desde a sua gênese, objetivos e

funções, um fenômeno social, estando relacionada ao contexto político, econômico, científico e cultural de uma determinada sociedade”.

Um dos produtos diretos do ato educacional é a construção da identidade cidadã no indivíduo, ratificando a ideia de participação social, numa rede de direitos e deveres praticados por todos aqueles que vivem em sociedade. Segundo Costa e Ianni (2018) a cidadania é o *status* daqueles que compõem uma comunidade e são, conseqüentemente, reconhecidos por ela. Diz respeito também ao conjunto de direitos e deveres que um indivíduo tem diante da sociedade à qual pertence. Assim, para o exercício pleno da cidadania é preponderante um currículo escolar que contemple este objetivo, alinhando o processo de aprendizado baseado nas disciplinas escolares com a construção desta identidade, de forma desfragmentada. No entanto, a afirmação cidadã no ambiente escolar, vai além da apresentação de direitos e deveres, por parte da escola e requer estratégias específicas que levem o estudante à conscientização de seu papel como constituinte da sociedade.

Dentro desta discussão, Zambon e Araújo (2014) afirmam que existem muitas dúvidas de como assegurar que a cidadania seja de fato praticada na escola, considerando as várias transformações desencadeadas ao longo dos anos; o momento histórico da sociedade tem transformado o papel social da escola. Estes mesmos autores defendem que os egressos da escola atual devem ser capazes de compreender os vários problemas e imperativos sociais, de forma crítica e determinante na busca por soluções, destacando que:

[...] em meio a conteúdos formais, disciplinas obrigatórias dentre outras incumbências, é tarefa da comunidade escolar (principalmente do professor) contribuir para a formação de cidadãos para atuar e tornar a sociedade mais democrática, isto inclui fomentar-lhes a consciência dos seus direitos e deveres, para que apresentem postura crítica diante dos problemas sociais e engajamento na resolução dos mesmos (Zambom & Araújo, 2014 p. 178).

Esta tarefa constitui-se num desafio para o poder público, para professores e instituições de ensino, tamanho o número de variáveis intervenientes a serem consideradas por estes atores. Lopes (2014) afirma que a educação para a cidadania, pressupõe um currículo flexível e um espaço de diálogo e reflexão que aborde as experiências e vivências sentidas pelos estudantes, como também aquelas vividas pela comunidade e sociedade de modo geral, objetivando a construção da identidade cívica dos estudantes, uma vez que ser cidadão é construir-se como sujeito crítico e participativo.

Nesse sentido, algumas controvérsias são ponto de partida de discussões sobre a educação voltada para a cidadania. Para Callai, Toso, Moraes e Kuhn (2014) a relação entre educação e cidadania nem sempre é pacífica. Para estes autores a escola é um espaço fértil para a consolidação da mentalidade cidadã, mas também pode representar uma aposta sem garantias, considerando a fragilidade do ensino de determinadas escolas, levando a incertezas na formação cidadã.

Dependendo fortemente do exercício da cidadania, a inclusão social caracteriza-se pela materialização dos direitos e deveres do sujeito em sociedade. Não podemos falar de inclusão, quando o indivíduo não exerce a cidadania, tornando-se um simples ‘expectador’ no organismo social. Diante disso, o contexto histórico e a dinâmica social, atualmente influenciada pelas novas tecnologias digitais, e pelos cenários político e econômico, consolidam o papel importante da escola como formadora de sujeitos protagonistas e inclusos. Piovesani e Rossetto (2014) afirmam que:

Entender a educação como processo histórico-social é uma condição fundamental ao se tentar analisar a escolarização e a inclusão como um desafio da sociedade contemporânea, que, diante da diversidade, tem a preocupação de assegurar o direito à educação a todos e de forma qualitativa (Piovesani & Rossetto 2014, p. 159).

Estar incluído socialmente, remete à ideia de participação do indivíduo, de forma competente e racionalizada, para desenvolver determinada ação desencadeadora de influência em determinado contexto. (Sarmiento *et al*, 2007 citado por Souza, Finkler, Aglio e Koller, 2012). Sendo assim, considerando um cenário no qual a escola desenvolve um currículo voltado para a cidadania e inclusão social, o sujeito egresso desta instituição é capaz de compreender seu lugar na sociedade, e exercer seu lugar como agente de transformação social, suscitando mudanças nos valores políticos e sociais objetivando seu bem estar individual e coletivo.

Nesse contexto, a escola deve apresentar estrutura organizacional e gestora capaz de praticar as políticas públicas e educacionais destinadas à inclusão de todo e qualquer cidadão em busca de escolarização. Para Silva, Schlünzen, Santos e Lima (2018) a equipe gestora de uma escola que prioriza a inclusão, deve atentar para as principais políticas públicas vigentes, atuando como transformadores da realidade escolar, facilitando o pensamento inclusivo, introduzindo em seu PPP¹ ações estratégicas que fortaleçam e priorizem o sujeito como protagonista no processo de ensino e aprendizagem. Bicalho (2015, p. 11) destaca que “a escola desenvolve papel estruturante na vida e formação de cada indivíduo. Nesse contexto, são dados os primeiros passos de aperfeiçoamento educacional formal, fundamental para a inserção social”.

No entanto, partindo de uma realidade na qual a escola não cumpre seu papel como formadora de cidadãos capazes de exercer seu papel social, os sujeitos egressos tornam-se incapazes de conhecer sua própria realidade, sua importância no constructo social e são constantemente manipulados pelas classes dominantes, que conhecem e oportunizam tal vulnerabilidade.

¹ Projeto Político Pedagógico.

Este problema, segundo Pimenta (2014) começou a ser pesquisado, analisado e colocado em pauta de discussão no cenário das políticas públicas educacionais como mais de 5 séculos de atraso, sendo esta herança ainda sentida pelas classes menos favorecidas do nosso país. Diante de tal realidade, Lepikson e Vieira (2019) destacam que, uma escola isenta de sua responsabilidade de formar sujeitos para o exercício da cidadania e inclusão, tende a reforçar um sistema que cumpre o papel de inculcação ao mesmo tempo afirmar a relação de força na qual os menos escolarizados e inconscientes do seu papel social são conduzidos à subserviência.

Para que haja a ruptura com tal realidade, Borges (2013) acrescenta que é fundamental haverem mudanças na sociedade e no sistema de ensino, principalmente pela promoção de práticas pedagógicas inovadoras, muitas vezes mediadas por TDICs. O mesmo autor enfatiza a importância da literacia informática auxiliando professores e estudantes a desenvolverem conhecimento necessário para o uso adequado destas tecnologias. Assim, as tecnologias digitais representam importante instrumento de transposição para o ensino e dinamização da prática pedagógica, estimulando a adoção de novos recursos no ensino, ao mesmo tempo viabilizando métodos ativos de ensino centrados no estudante.

Giddens (2000) citado por Selwyn (2012, p. 816) aponta a importância de reforçar o uso das TDICs com vistas atenuar imperativos de ordem social, econômica, cultural e política, destacando que “vivemos num mundo fugaz, em mudança rápida, no qual as fundações sociais, econômicas, culturais e políticas da sociedade estão sendo redefinidas numa base contínua”.

Assim, a escola, como elemento basilar da sociedade deve seguir este caminho de mudanças, principalmente em função das TDICs que vêm aproximando o estudante do conhecimento, reconfigurando a forma como este conhecimento é gerado, compartilhado e aperfeiçoado no meio escolar. Dessa forma, as TDICs como facilitadoras do processo de ensino e aprendizagem, colaboram para o estímulo e permanência dos estudantes no seio escolar, fortalecendo a cidadania e a inclusão, uma vez que as tecnologias digitais são indispensáveis para a sociedade.

Tecnologias digitais e ensino

A revolução digital desencadeada no século XX gerou mudanças significativas no modo de vida das pessoas, impactando a medicina, as telecomunicações, a indústria de modo geral e principalmente, a educação, com o advento do computador. Peixoto e Araújo (2012) apresentam o computador como recurso pedagógico que pode melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem, enfatizando que, neste cenário, o aluno pode assumir o papel de construtor do conhecimento, sendo o professor um mediador deste processo.

Nas últimas décadas, o avanço das ferramentas digitais têm gerado recursos cada vez mais sofisticados e interessantes do ponto de vista pedagógico, estando estes recursos na vanguarda da tecnologia. Para Garcia (2013) a utilização sistêmica de ferramentas digitais no

ensino, tem proporcionado novas formas de aprender, rompendo com antigos paradigmas didáticos, aperfeiçoando a prática docente.

Sendo os estudantes da escola moderna nativos digitais, cabe à escola e ao professor acompanhar tal movimento, sendo capazes de utilizar as tecnologias digitais de forma estratégica, objetivando consolidar seus objetivos de ensino. Paralelamente a esta realidade, Modelski, Giraffa e Casartelli (2019, p. 6) destacam que “o papel de um professor, pensado como transmissor de informação, no contexto atual, deixa de fazer sentido, porque as necessidades são outras”. Assim, a ideia de uma ‘reprodução bancária’ do conhecimento, perde cada vez mais força diante das possibilidades pedagógicas trazidas pelas TDICs.

Soffner (2013) defende a postura Freireana que valoriza o pleno entendimento da tecnologia humanizada tornando os homens aptos a mudar o mundo. Diante disso, as tecnologias digitais no ensino apresentam-se não apenas como elementos estratégicos ou motivacionais para o estudante, mas como recursos voltados para o aprendizado substantivo, corroborando com a ideia de humanização, levando à consciência cidadã e à inclusão social.

Outrossim, as TDICs representam importante ferramenta na solução de problemas oriundos de empecilhos espaço-temporais, decorrentes, por exemplo, da recente crise endêmica que obrigou as instituições de ensino a adotarem o ensino remoto emergencial. Tal realidade, demonstrou o papel indissolúvel destas tecnologias no ensino, permitindo não só a continuidade das atividades escolares, mas também impulsionando a criação de novos recursos digitais.

Nesse sentido, Cândido e Ribeiro (2021) afirmam que o ensino remoto conduziu as TDICs ao apogeu como instrumentos de ensino e aprendizagem, afirmando-as como ferramentas insubstituíveis na prática docente contemporânea. Como decorrência deste processo, a democratização do ensino é apresentada por estes autores como um efeito benéfico da utilização destas tecnologias, devendo o professor estar apto a orientar seus estudantes a internalizar o conhecimento adquirido através destes recursos.

De modo geral as TDICs representam importante instrumento de ruptura no campo pedagógico, adensando discussões, gerando possibilidades didáticas nunca antes proporcionadas pelos recursos tradicionais. Este cenário de mutação e valorização, privilegia o estudante e seu protagonismo na busca pela sua própria formação, onde o ciberespaço desenvolve papel preponderante na interação do estudante com o conhecimento, tornando-o não apenas um receptor, mas um desenvolvedor crítico, capaz e requerido de exercer sua participação em comunidades virtuais, fortalecendo sua cultura, compartilhando valores e afirmando sua identidade. Assim, as TDICs são hoje parte intrínseca do processo educacional, devendo estar inseridas no planejamento didático de instituições e profissionais de ensino.

Letramento digital escola e sociedade

O letramento, de modo geral, representa a possibilidade de acesso à informação por parte do sujeito, com posterior utilização desta informação no exercício cotidiano (Moreira, 2012). Seguindo esta definição, nosso primeiro contato com o letramento pode ocorrer a partir de diferentes contextos, como o familiar, durante os primeiros anos da infância, ou seguindo de forma sistematizada, na escola, onde somos capacitados ao letramento. Nesta fase, aprendemos a ler, escrever e utilizar a linguagem oral e escrita de forma a expressar e compreender o mundo à nossa volta.

Kleiman (1995) citado por Silva D. (2019, p. 3) afirma que “o letramento é o conjunto de práticas sociais que usam a escrita enquanto símbolo e enquanto tecnologia em contextos específicos para objetivos específicos”. Diante desta concepção, o letramento capacita o sujeito a compreender seu lugar como indivíduo social, capaz de compreender e exercer seu papel no mundo. Surge então uma pergunta: Dominar a linguagem implica ser necessariamente ‘letrado’? A resposta é não. O letramento vai além do domínio de símbolos e da capacidade de agrupar estes símbolos para codificar discursos.

O letramento efetivo ocorre quando além de codificar, o sujeito é capaz de compreender de forma clara e organizada as informações contidas no discurso codificado. Da mesma forma seus interlocutores devem demonstrar tal habilidade. Para Capellini e Cunha (2013, p. 4) “ler não se confunde com o saber decodificar, pois o acesso ao código por si só não garante o “mergulho” nas malhas de significado do texto e nem o desenvolvimento da capacidade de ver além do que é visível aos olhos”. Da mesma forma, o letramento na sua forma digital deve ser seguido por habilidades que proporcionem a imersão do sujeito no universo digital, permitindo o aprendizado através das ferramentas virtuais.

Tal circunstância constitui-se num problema para a escola atual, imersa num universo onde o digital vem ganhando cada vez mais presença e impacto no percurso de aprendizado dos estudantes. Assim, considerando os estudantes egressos do Ensino Médio, e a finalidade da escola como lugar de formação básica e exercício da cidadania e inclusão, é importante descrever como o letramento digital assegura o direito ao exercício da cidadania e inclusão social destes estudantes, futuros integrantes da sociedade.

Considerando a escola atual e a formação dos professores, percebe-se que ainda há resistência por parte de muitos destes profissionais no tocante ao uso das TDICs no processo de ensino. Ora, sendo as técnicas digitais, elementos basilares da didática contemporânea, existe um cenário de fragilidade no ensino, que privilegia meios e estratégias descompassadas e ineficazes diante da necessidade de formar sujeitos digitalmente incluídos e transformadores. Rosendo, Santos e Silva (2012) destacam o fascínio que os estudantes do Ensino Médio desenvolvem diante das novas possibilidades digitais na escola, permitindo novas formas de aprendizado, o que vem desafiando muitos professores e seus métodos anacrônicos.

Ademais, muitas escolas ainda apresentam estrutura deficitária, com poucos ou nenhum laboratório de informática, necessitando também de rede de *Internet* estável e veloz, e dispositivos móveis como tablets durante as aulas (Oliveira, 2006 citado por Rosendo, Santos & Silva, 2012, p. 37). Percebe-se então um claro entrave na utilização das TDICs no seio escolar. Enquanto muitas escolas privadas detêm recursos para a implantação estratégica destas tecnologias no dia a dia dos seus estudantes (como também professores capacitados para o seu uso), as escolas públicas carecem de recursos e pessoal qualificado. Além disso, observa-se a falta de um currículo voltado para as TDICs que reforce a consciência cidadã e a participação social dos estudantes do Ensino Médio, como afirmam Araújo e Glotz (2014, p. 2) argumentando que “ao observarmos currículos e propostas pedagógicas, percebemos que ainda há muito a ser mudado para que as tecnologias realmente façam parte de nosso processo educativo formal”.

Tal cenário colabora para a ineficácia do ensino pautado em técnicas digitais, suprimindo a possibilidade do estudante desenvolver o letramento digital, tornando-o incapaz de compreender seu papel transformador na sociedade digital. Agravando este quadro, a pouca ou nenhuma experiência dos professores no uso das TDICs, induz os estudantes ao sub uso destas ferramentas trazendo percepções inadequadas e a não concretização dos objetivos educacionais. Para Freitas (2012) ainda existem sérios problemas a serem solucionados até a efetiva utilização das TDICs na escola, para a autora:

Tenho observado, por meio de nossas pesquisas, que escolas equipadas com computadores e acesso à internet e professores egressos de cursos básicos de informática educativa não têm sido suficientes para que se integrem os recursos digitais e as práticas pedagógicas (Freitas, 2012, p. 340).

A mesma autora relata que para os estudantes e professores serem capazes de utilizar de forma proveitosa as possibilidades advindas do mundo digital, é preponderante que ambos sejam letrados digitalmente, ou seja, para aprender utilizando TDICs é fundamental entender as potencialidades destas tecnologias, tornando possível explorar o ensino e a aprendizagem, segundo Freitas (2012):

Precisamos, portanto, de professores e alunos que sejam letrados digitais, isto é, professores e alunos que se apropriam crítica e criativamente da tecnologia, dando-lhe significados e funções, em vez de consumi-la passivamente. O esperado é que o letramento digital seja compreendido para além de um uso meramente instrumental (Freitas, 2012, p. 340).

Sem a percepção do uso crítico das TDICs não é possível haver letramento digital, mas apenas o uso recreativo ou desprovido de significado para o usuário, implicando na infertilidade destes valiosos recursos. Assim, percebe-se que os estudantes do Ensino Médio, mesmo diante do massivo uso das TDICs no cotidiano, ainda não observam a efetiva inserção destas ferramentas na escola, dificultando a consolidação de práticas pedagógicas voltadas

para a afirmação da cidadania e da inclusão. Diante deste cenário preocupante, é importante a adoção estratégica de iniciativas que promovam a conscientização e a capacitação dos professores, abrindo espaço para discussões sobre a formação inicial destes profissionais nos cursos de licenciatura.

Seguindo esta realidade, para Siqueira (2021), o letramento digital pode ser entendido como uma porta que conduz em direção ao aperfeiçoamento e à própria evolução pessoal levando pessoas (principalmente os estudantes do Ensino Médio) a desenvolver senso crítico numa sociedade cada vez mais imersa no universo da modernidade. Dessa forma, para que haja a apropriação plena do conceito de cidadania e inclusão social pelos egressos do Ensino Médio, é importante um esforço conjunto, principalmente por parte das instituições gestoras do ensino, escolas e profissionais da educação na busca por políticas que priorizem o letramento digital na escola, privilegiando a inclusão do cidadão numa sociedade que ainda sofre o problema da exclusão de direitos e pouca participação social.

Considerações finais

A partir das reflexões produzidas neste artigo, concluímos que o letramento digital é um fator que determina a inserção efetiva dos egressos do Ensino Médio na sociedade digital, sendo sua apropriação por parte do estudante e sua difusão na escola, fatores indispensáveis no cenário pedagógico moderno. Destacamos também que a cultura do letramento digital encontra severos entraves para sua consolidação na prática escolar, seja pelo despreparo dos professores, precarização dos meios tecnológicos, inexistência de um currículo voltado para o letramento digital nas escolas e pelas frágeis políticas públicas voltadas para esta modalidade de letramento. Outrossim, concluímos que para o fortalecimento do letramento digital na escola, é fundamental a conscientização dos profissionais da educação, no tocante ressignificarem suas ações e objetivos de ensino, privilegiando a interdisciplinaridade voltada para o uso das TDICs.

Concluímos também que o pleno exercício da cidadania e inclusão social dos estudantes que adentram à sociedade apresenta fragilidades decorrentes de uma educação básica que não explora as potencialidades do letramento digital, delegando a estes egressos esforço maior para agir de forma participativa numa sociedade ‘conectada’. Assim, a participação ativa desses sujeitos torna-se superficial e pouco determinante nas decisões individuais, no exercício do direito e na constituição da própria sociedade, que deve ser formada por cidadãos transformadores. Outro ponto importante é a utilização racional das TDCIs por parte dos estudantes e professores, de modo que haja plena dicotomia entre o uso pedagógico e recreativo, com ênfase no primeiro, permitindo que o estudante reconheça o papel facilitador do aprendizado através destas tecnologias.

Dessa forma, este trabalho cumpre também o objetivo de suscitar algumas ‘inquietações’ determinantes no campo da escolarização e seus problemas atuais, no escopo

das TDICs, contribuindo assim para o fortalecimento de uma educação que facilite a inserção dos estudantes na escola digital, não apenas como ouvintes ou ‘manipuladores’ de dispositivos digitais, mas como sujeitos capazes de assimilar e gerar conhecimento por meio de uma prática docente transformadora e inclusiva que valorize as tecnologias para a apropriação do conhecimento e exercício da cidadania.

Referências

- Araújo, V. D. L.; Glotz, R. E. O. (2014). O letramento digital como instrumento de inclusão social e democratização do conhecimento: desafios atuais. *Revista Educação Pública*, 11(4), pp. 1-8. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/14/26/o-letramento-digital-como-instrumento-de-inclusao-social-e-democratizacao-do-conhecimento-desafios-atuais>. Acesso em: 11 set. 2022.
- Barleta, M. C. F.; Silva, J. L. A.; Dias, J. R. (2018). Fontes de pesquisa e bases de dados especializadas, (Apostila), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Disponível em: <https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/posgraduacao/programas/administracao/fontes-de-pesquisa-e-bases-de-dados-especializadas-marcia-barleta-jose%20luiz-silva-julio-rosa-dias.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.
- Batista, L. S.; Kumada, K. M. O. (2021). Análise metodológica sobre as diferentes configurações da pesquisa bibliográfica, *Revista Brasileira de Iniciação Científica*, 8(2), pp. 1-17, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rbic/article/view/113>. Acesso em: 20 out. 2022.
- Borges, W. M. (2013). O Uso das TICS para a inclusão social. [Trabalho de conclusão de curso, Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação, Universidade Federal de Santa Catarina, Araranguá]. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/131067>. Acesso em: 23 out. 2022.
- Callai, H. C.; Toso, C. E. I.; Morais, M. M.; Kuhn, M. (14/03/2014). Educação e Cidadania.[Artigo]. XXII Seminário de Iniciação Científica. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaoconhecimento/article/view/4092>. Acesso em: 22 out. 2022.
- Cândido, E. A.; Ribeiro, C. S. J. (2021). As TICS, uma emergência para o fazer pedagógico em tempos de pandemia, *Revista Alembra*, 3(6), pp. 102-116. Disponível em: <http://periodicos.cfs.ifmt.edu.br:443/periodicos/index.php/alembra/article/view/1104>. Acesso em: 23 out. 2022.
- Conforto, E. C.; Amaral, D. C.; Silva, S. L. (10/05/2011). Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. [Artigo]. Congresso Brasileiro de Gestão de Desenvolvimento de Produto - CBGDP, Porto Alegre. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/0028333837>. Acesso em: 20 out. 2022.
- Capellini, V. L. O.; Cunha, S. A. (2013). Leitura: decodificação ou obtenção do sentido? *Revista Teias*, 3(2), pp. 1-21. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/viewFile/24070/17038>. Acesso em: 23 out. 2023.
- Costa, M. I. S.; Ianni, A. M. Z. (2018). O conceito de cidadania. In: Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica, São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, pp. 43-73. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/sysng/pdf/costa-9788568576953-03.pdf>. Acesso em: 22 out. 2022.
- Costa, S. R. S.; Duqueviz, B. C.; Pedroza, R. L. S. (2015). Tecnologias Digitais como instrumentos mediadores da aprendizagem dos nativos digitais, *Revista Quadrimestral da Associação*

- Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 19(3), pp. 1-8. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/NwwLwRTRTdBDmXWW4Nq7ByS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- Dias, E.; Pinto, F. C. F. (2019). Educação e Sociedade, *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, 27(104), pp. 449-455. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/MGwkqfpsmJsgjDcWdqhZFks/?lang=pt>. Acesso em: 22 out. 2022.
- Freitas, M. T. (2012). Letramento Digital e Formação de Professores, *Educação em Revista*, 26(3), pp. 335-352. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/N5RryXJcsTcm8wK56d3tM3t/?lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2023.
- Garcia, F. W. (2013). A importância do uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem, Educação a Distância, *Revista Sumários*, 3(1), pp. 25-48. Disponível em: <https://intranet.redeclaretiano.edu.br/download?caminho=upload/cms/revista/sumarios/177.pdf&arquivo=sumario2.pdf>. Acesso em: 23 out. 2023.
- Helfenstein, M. J. W. Velasques, M. T. (2021). Educação em direitos humanos e letramento digital: uma proposta de formação para a cidadania, *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, 9(2), pp. 185-208. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/ridh3/index.php/ridh/article/view/106>. Acesso em: 11 set. 2022.
- Leite, F. C. L.; Costa, S. (2006). Repositórios institucionais como ferramentas de gestão do conhecimento científico no ambiente acadêmico, *Revista Perspect. ciênc. inf.*, 11(2), pp. 206 - 219. Disponível em: <https://www.scienceopen.com/document?vid=3a9ba49f-4958-4570-9d8d-164b6cabf821>. Acesso em: 20 out. 2022.
- Lepikson, M. F.; Vieira, R. C. (2019). Educação e Marginalização: Um Estudo Sobre Teorias Críticas e Não Críticas em Educação. *Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos*, 2(3), p. 79-92. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rieja/article/view/7679>. Acesso em: 23 out. 2022.
- Lopes, S. A. X. (2014). Relação Educacional e Cidadania na Escola. [Monografia de Especialização, Universidade Estadual da Paraíba]. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/9332/1/PDF%20-%20SUELITA%20DE%20AZEVEDO%20XAVIER%20LOPES.pdf>. Acesso em: 22 out. 2022.
- Modelski, D.; Giraffa, L. M. M.; Casartelli, A. O. (2019). Tecnologias digitais, formação docente e práticas pedagógicas, *Revista Educação e Pesquisa*, 45(6), pp. 1-17. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/qGwHqPyjqbw5JxvSCnkVrNC/>. Acesso em: 23 out. 2023.
- Moreira, C. (02/08/2012) Letramento Digital: do Conceito à Prática, [Artigo], Anais do SIELP, Uberlândia. Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/06/volume_2_artigo_051.pdf. Acesso em: 23 out. 2023.
- Moreira, J. E. B. (2017). Desenvolvimento de Atividades de Pesquisa nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Minas Gerais. [Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, Universidade Federal de Minas Gerais]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-B9QMY6>. Acesso em: 20 out. 2022.
- Piovesani, M. I.; Rossetto, E. (2014). Escolarização e Inclusão, *Revista Eletrônica Pesquiseduca*, 6(11), pp. 158-176. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/download/240/pdf/1097>. Acesso em: 22 out. 2022.
- Rosendo, C. H. C. N. P.; Santos, M. K. M.; Silva, I. M. M. (2021). Letramento digital no ensino médio: diálogos com os desafios da escola na sociedade tecnológica. *Revista Encontros de Vista*, 9(1), pp. 36-48. Disponível em:

- <https://journals.ufrpe.br/index.php/encontrosdevista/article/view/4476>. Acesso em: 23 out. 2022.
- Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática x revisão narrativa, *Editorial Acta paul. enferm.* 20 (2), pp. 1-2. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/>. Acesso em: 20 out. 2022.
- Selwyn, N. (2012). O Uso das TIC na Educação e a Promoção de Inclusão Social: uma Perspectiva Crítica de Reino Unido, *Revista Educ. Soc.* 29(104), pp. 815-850. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/nYFkRnh3SLHWGLbTYQ7bVLF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2022.
- Silva, A. M. S.; Schlunzen, E. T. M.; Santos, D. A. N.; Lima, A. V. I. (2018). Função Social da Escola e Inclusão: Qual a Relação?, *Revista Colloquium Humanarum*, 15(1), pp. 164-170. Disponível em: <http://journal.unoeste.br/suplementos/humanarum/vol15nr1/FUN%C3%87%C3%83O%20SOCIAL%20DA%20ESCOLA%20E%20INCLUS%C3%83O%20QUAL%20A%20RELA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 22 out. 2022.
- Silva, D. L. (21/06/2019). Letramento Digital e Aquisição de Aprendizagens Significativas na Educação Básica. [Artigo]. Congresso Internacional de Educação e Tecnologias, São Paulo - SP. Disponível em: <file:///C:/Users/satur/Downloads/472-13-3799-1-10-20180522.pdf>. Acesso em: 23 out. 2023.
- Soffner, R. (2013). Tecnologia e Educação: um Diálogo Freire – Papert, *Revista Tópicos Educacionais*, 19(1), pp. 147-162. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/article/viewFile/22353/18549>. Acesso em: 23 out. 2023.
- Souza, A. P. L.; Finkler, L.; Aglio, D. D. D.; Koller, S. H. (2012). Participação social e protagonismo: reflexões a partir das Conferências de Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil, *Revista Avances en Psicología Latino americana*, 28(2), p. 178-193. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/apl/v28n2/v28n2a3.pdf>. Acesso em: 22 out. 2022.
- Souza, L. A. (2015). Inclusão Social Pela Escola: Uma Realidade a Ser Conquistada na Escola José Eduardo Vieira Raduan no Município de Carinhanha – BA [Monografia de Especialização, Universidade de Brasília]. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15801/1/2015_LindomarAntonioDeSouza_tcc.pdf. Acesso em: 23 out. 2022.
- Saviani, D. (2016). Educação Escolar, Currículo e Sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular, *Movimento-revista de educação*, 10(4), pp. 1-18. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32575>. Acesso em: 22 out. 2022.
- Siqueira, K. S. (2021). Propriedade intelectual e transferência de tecnologia como meios potencializadores do letramento digital na pandemia, *Revista de Humanidades, Tecnologia e Cultura. Faculdade de Tecnologia de Bauru*, 10(2), pp. 1-14. Disponível em: https://8d6b9f8a-910d-4coe-8e2d-f6coea7c677c.filesusr.com/ugd/c3ebcb_0627f7928f8d4298b5c24317f45d1db5.pdf. Acesso em: 23 out. 2022.
- Peixoto, J.; Araújo, C. H. S. (2012). Tecnologia e Educação: Algumas Considerações Sobre o Discurso Pedagógico Contemporâneo, *Revista Educ. Soc.*, 33(118), pp. 253-268. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/fKjYHb7qD8nK4MWQZFchr6K/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2022.
- Pimenta, S. G. (2014). Sempre a exclusão (e o preconceito, e a marginalização, e a discriminação) na sociedade e na escola!, *Revista Psicologia USP*, 25(2), pp. 213-215. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/F8tTJ5h4GfVm4bMJPSTsrmg/?lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2022.

Vasconcelos, C. M. A.; Ribeiro, M. A. (09/11/2021). Entraves e discussões: do letramento digital à inclusão social. [Artigo]. VII CONEDU. Campinas - SP. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/80710>. Acesso em: 11 set. 2022.

Zambon, F. B.; Araújo, F. A. (19/03/2014). Cidadania em Contexto Escolar: Concepções e Práticas. [Artigo]. III Jornada de Didática, Desafios para a Docência e II Seminário de Pesquisa do CEMAD, Londrina-PR. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/jornadadidatica/pages/arquivos/III%20Jornada%20de%20Didatic%20a%20-%20Desafios%20para%20a%20Docencia%20e%20II%20Seminario%20%20Pesquisa%20do%20CEMAD/CIDADANIA%20EM%20CONTEXTO%20ESCOLAR.pdf>. Acesso em: 22 out. 2022.